

Moção aprovada por maioria na Assembleia Geral de Sócios do dia 31/01/2019

Lutar para vencer

Considerando que:

- A. A atitude do Governo se vem pautando por uma total complacência com os interesses do Capital Financeiro, para o qual há sempre “disponibilidade orçamental” – enquanto que, para a revalorização salarial e de pensões e para as progressões devidas aos Trabalhadores da Administração Pública, tal “disponibilidade” nunca existe.
- B. Como consequência directa da política de “poupança” nos Serviços Públicos, para “investimento” no pagamento da “dívida” aos agiotas internacionais, a situação dos serviços públicos tem vindo a degradar-se, tanto a nível dos recursos materiais, como dos recursos humanos.
- C. O Governo tem vindo a assumir uma atitude de crescente intransigência e arrogância, de que é claro exemplo o comportamento assumido pelo Ministro da Educação e pelo Primeiro Ministro em relação aos Professores.
- D. Considerando ainda a necessidade premente de os Trabalhadores da Administração Pública manifestarem, em unidade, a sua indignação pelas situações acima referidas, e exigirem a sua imediata alteração.

A AGS do SPGL, reunida em Lisboa, a 31/01/2019, **decide:**

1. A adesão do SPGL, no próximo dia 15 de Fevereiro, à greve dos Trabalhadores da Administração Pública.
2. O reforço, no âmbito da FENPROF, e da Plataforma Sindical de Professores, de todas as acções autónomas necessárias à resolução dos problemas específicos da Classe Docente e, designadamente, à contagem integral dos 9 anos 4 meses e 2 dias de tempo de serviço congelado.